

Identidades em obra: juventude, cultura e participação política na cidade de Belo Horizonte.

Claudineia Aparecida Pereira Coura.

Cita:

Claudineia Aparecida Pereira Coura (2007). *Identidades em obra: juventude, cultura e participação política na cidade de Belo Horizonte. XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-066/1740>

A juventude como um grupo político: o papel da identidade na busca por direitos políticos

Claudinéia Aparecida Pereira Coura

“O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes, a vida presente...”

Carlos Drummond de Andrade

O presente artigo consiste em pesquisar a relação entre juventude, identidade e participação dentro do cenário sócio-político em que vivenciamos: a busca por direitos da juventude. Partimos do princípio de que para um grupo social inserir-se na cena pública e tornar-se um grupo político, é preciso reconhecer-se como um ator social. Desta forma, a questão da identidade e do reconhecimento torna-se central para entendermos como o jovem percebe a si mesmo na relação com outros jovens e, ao mesmo tempo, na relação com os segmentos de outras faixas etárias, para enfim, reivindicar políticas voltadas às suas especificidades. Até que ponto o reconhecimento do jovem como tal o influencia na busca por direitos políticos? Como se dá este reconhecimento? Através de quais mecanismos e elementos? Em se tratando de jovens de periferia, será que a construção da identidade juvenil se dá de forma mais afirmativa e propositiva desencadeando um processo de busca de direitos? Será que podemos dizer que está havendo um processo de transição da juventude enquanto um grupo social para uma juventude enquanto um grupo político e, desta forma passível de ser resguardado por políticas públicas, configurando-se, desta forma, como uma política de identidade? A partir destas questões, pretende-se trabalhar a noção de juventude, identidade e reconhecimento e sua relação com a constituição de agregações de demandas políticas.

A questão da identidade mostra-se fundamental para a tentativa de compreender como se dá o processo de reconhecimento de si e como ator político de jovens participantes de grupos sócio-culturais de periferia, pois como veremos no transcorrer do texto, os espaços de participação encontram-se, hoje, mais ampliados, diversos e complexos.

Buscando explicar as questões apontadas, este trabalho foi dividido em três momentos. Iniciaremos por discutir na primeira parte a questão do esvaziamento do espaço público face às conseqüências da modernidade. A segunda parte pretende explicitar o conceito de juventude em contraposição a outras interpretações sobre ela. A terceira e última parte traz

uma explanação sobre o tema juventude e participação política ressaltando outras formas de participação outrora não consideradas, buscando compreender os elementos constitutivos e identitários presentes em grupos sócio-culturais de periferia e sua possível influência na busca por direitos.

AS CONSEQÜÊNCIAS DA MODERNIDADE

O esvaziamento do espaço público

Para que possamos iniciar a discussão que nos propomos, é importante que tracemos um pouco a trajetória do que se convencionou chamar de esvaziamento do espaço público. As várias formas de participação, hoje, presentes no cenário político são remanescentes das formas de ação e reação que se configuraram com o advento da modernidade. Buscar, portanto, entender como se deram essas ações e reações é tentar aproximar um pouco mais do entendimento sobre como se dá a constituição de grupos políticos, no nosso caso, a constituição da juventude como um ator político.

O fenômeno da modernidade instaurou uma complexa e contraditória forma de estar no mundo. O homem se deparou, abruptamente, com uma liberdade extremada de pensamento e comportamento que o colocou diante de um dilema onde a “leveza do ser” tornou-se prazerosa e angustiosamente insustentável (Kundera, 1985). A modernidade, e os valores dela advindos, forneceram questões que motivaram e, ainda motivam, muitos autores a se debruçarem sobre o fenômeno. Um dos principais pontos destacados por alguns autores diz respeito à dualidade público/privado. A forma de estar no mundo foi se configurando a partir de uma teia constituída por uma profusão de tempos e espaços confusos.

“A moderna humanidade se vê em meio a uma enorme ausência e vazio de valores, mas, ao mesmo tempo, em meio a uma desconcertante abundância de possibilidades. (...) a modernidade nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia”. (Berman, 1986: 22).

No campo da política, houve aqueles que anunciaram a derrocada do espaço público como o espaço, *a priori*, leito de toda participação originada e pensada para o bem comum. O “*declínio do homem público*” já instaurado no antigo regime romano com a queda de Augusto, encontra na modernidade seu apogeu (Sennet, 1998).

O estilo de vida moderno inaugura uma inversão da importância dos espaços onde o privado torna-se, por excelência, o lugar privilegiado entre os indivíduos. Como nos mostra Sennet, o espaço público torna-se, portanto, uma dimensão formal da vida social. Atuar no espaço público já não carrega essencialidade como quando na Grécia antiga, já que o indivíduo não mais anseia inserir-se na história em um mundo que já não suporta nos ombros seu passado e tão pouco vislumbra um futuro.

A modernidade causou ao homem um estranhamento frente ao processo de individuação e, ao mesmo tempo, o lançou para a infinitude que caracteriza o mundo. Ela o tirou dos limites estreitos da cultura local e o jogou, igualmente, na liberdade individual como na sociedade e na cultura de massa (Touraine, 1994). Desta forma, o homem moderno se viu diante de uma possibilidade outrora não proclamada: usufruir de suas potencialidades pessoais e emocionais. O processo de intimização esvazia a esfera pública fazendo com que o indivíduo se volte cada vez mais para a sua própria satisfação. Segundo Sennet (1998), o espaço público passa a destinar-se à passagem, não à permanência. A idéia de que apenas é público aquilo que diz respeito a todo um grupo, a toda sociedade e que, deve derivar do bem comum, desmonta-se por completo com o advento da modernidade que incorpora a este espaço (público) o fenômeno da publicização do privado, onde o indivíduo e os fatos são expostos efêmera e casualmente.

Houve, entretanto, do ponto de vista da ação no mundo público, outras visões que buscaram compreender a modernidade de forma a não caracterizá-la como um fenômeno “negativo”. É importante ressaltar que essas visões não desconsideraram as consequências da modernidade já apontadas, mas as incorporaram para buscar compreender as novas configurações de fatos e espaços tradicionais da sociedade.

Ao mesmo tempo em que a modernidade lança o indivíduo para um processo de rupturas, angústias e descontinuidades, ela o torna um sujeito reflexivo (Domingues, 1999), sobretudo na modernidade contemporânea. Não que o sujeito não tivesse antes esta capacidade, mas a vida social moderna encontrou-se de forma dinâmica e aberta face à procedência de constantes “desencaixes”. A reflexividade, presente no sujeito moderno, pode ser considerada, segundo nos aponta Domingues (1999), como:

(...) “uma capacidade de tecer símbolos, perceber sua situação no mundo e alterar tanto os símbolos quanto a interpretação do lugar que nele ocupamos, o que conjura simultaneamente uma reinterpretação

do significado do passado e das possibilidades do futuro.”
(Domingues, 1999: 35)

Desta forma, o indivíduo tentará buscar, mesmo diante de ameaças, a sua auto-realização num mundo que o solicita mais flexível.

É interessante trazer uma discussão que trabalha com a idéia de “sociedade de risco” e a forma como se configurou a resposta a este tipo de sociedade. Sociedade de risco seria um estágio da modernidade em que começam a tomar corpo as ameaças produzidas pelo desenvolvimento técnico-industrial. A sociedade de risco acaba causando transformações principalmente no que diz respeito ao modo de vida e às bases de significados coletivos como, por exemplo, consciência de classe. Estas transformações provocam a retomada da incerteza e insegurança e instauram um estilo de vida onde “viver e agir na incerteza torna-se uma espécie de experiência básica” (Beck, 1997:23). Zygmunt Bauman também trabalha com esta idéia e acrescenta a perspectiva da perda de referências e da noção de totalidade. Diante do trato com a morte, o homem tenta buscar uma invenção de eternidade expressada em coisas “maiores” que ele, coletividades que o transcendesse. Para Bauman, a família e a nação eram instituições que garantiam a transcendência e a imortalidade e, portanto, a segurança para os indivíduos, mas com a instabilidade das soberanias nacionais advinda do impacto da globalização e a crise do desenho tradicional de família, essas coletividades já não dão mais respostas à insegurança individual.

Isto traz o que foi elucidado inicialmente que é a inserção de novas contingências no espaço público, onde esse público “foi despojado de seus conteúdos diferenciais e ficou sem agenda própria, não passando agora de um aglomerado de problemas e preocupações privados” (Bauman, 1999: 71). Mas Bauman também aponta para as implicações deste novo desenho, pois “sem crença num destino e propósito coletivos do todo social são os indivíduos que devem, cada um por si, dar sentido à vida” (Bauman, 1999:76). Neste momento, há uma explicitação de individualidades onde há uma desincorporação dos antigos valores e uma reincorporação de novos símbolos e sentidos. Ao contrário da primeira visão esboçada, esta situação torna-se “positiva”, na medida em que os indivíduos, ao exporem suas vidas, trazem à tona questões que, embora privadas, carregam um caráter público, por serem experienciadas por todos e, portanto, identificáveis. Foi, dessa maneira, formando uma agregação de individualidades que causou, tomando uma expressão de Beck (1997), “uma retomada dos

indivíduos à sociedade”. Beck (1997) chamou de “subpolítica” a essas agregações que surgem com o nascimento não institucional do político face ao vazio político das instituições.

Quando trazemos toda essa discussão para o contexto da América Latina e Brasil, a partir da década de 70, vemos que os instrumentos, utilizados até então, para ler a realidade política já não davam conta de percebê-la em seus meandros. Foi preciso que, principalmente, a esquerda buscasse outros referenciais teóricos para compreender como estavam se dando essas agregações de “individualidades”. Houve então, uma retomada da leitura de Gramsci na tentativa de relacionar as dimensões da cultura e da política. Olhar a vida social através de Gramsci foi importante para desfocalizar a atenção nas ações do Estado e tomar outras direções no sentido da busca do entendimento sobre hegemonia, transformação social e sociedade civil. Uma das principais críticas de Gramsci foi em direção ao determinismo econômico que, para ele, se constituía como uma visão reducionista e acaba defendendo uma imbricação, substancialmente, orgânica entre cultura, política e economia, onde não haveria hierarquia entre os elementos culturais e os aspectos materiais da sociedade. Segundo Dagnino (2000) houve, a partir desta prerrogativa, uma tentativa de mudança nos discursos e práticas da esquerda latino-americana que, por sua vez, se lançou na tentativa de entender, não só sua conjuntura interna, mas também as novas reivindicações que surgiam a partir de uma apresentação direta frente ao Estado e às outras tradicionais instituições políticas.

Pensar, portanto, a “compressão” do espaço público na modernidade é buscar entender como se dá a vida política e cultural, já que podemos dizer que não existe política sem haver uma dimensão que engendre e agregue anseios e demandas comuns. É nesta perspectiva que buscaremos entender o que se convencionou chamar de políticas de identidade.

O contexto das lutas sociais e as políticas de identidade

Como vimos, a partir da leitura de alguns autores, a enunciação do progresso trazido pela modernidade onde haveria o triunfo da razão e os homens experimentariam a liberdade e a igualdade e, por fim, seriam felizes é, no século XX, veementemente contestada. Em vez da garantia da emancipação social e a universalização dos direitos, os indivíduos experimentaram uma sociedade regulada pela razão instrumental e dominada por uma ordem legalista e burocrática, o “*cárcere de ferro*” característico da moderna ordem econômica,

segundo Weber (1981) ou a sociedade normatizada e disciplinada de Foucault (1997) contra a qual não era possível ou facilitada qualquer ação humana.

Essas e outras visões abrem no campo político e conceitual a perda da credibilidade das metanarrativas fundadoras — o marxismo e o liberalismo, da crença iluminista na razão, no progresso e no papel do sujeito histórico da transformação social (Hollanda, 1991). O marxismo e o liberalismo são criticados principalmente pelo fato de desenvolverem interpretações deterministas e totalizadoras da realidade social e não abarcarem em seus projetos a questão das diferenças. Tanto o pensamento liberal quanto a perspectiva marxista não deram respostas à supressão de opressões específicas. O “mal estar da pós-modernidade”, portanto, foi marcado pela última manifestação do sujeito moderno: os movimentos característicos dos anos 60 na política e na cultura. Por outro lado, ele marca também uma notável mudança nas formações da sensibilidade, das práticas do discurso que tornam as posições, experiências e propostas atuais distinguíveis dos períodos anteriores.

Juntamente com o “esvaziamento do espaço público”, o século XX experimentou, principalmente a partir dos anos 60, novas formas de organização do trabalho, mudanças nos padrões transnacionais de acumulação e desmontagem das políticas de estabilização do capitalismo desenvolvido que constituíam o Estado de bem-estar social, culminando na crise capitalista em 1973. As novas configurações no campo do trabalho originadas pelo processo tecnológico trazem como consequência não só o desemprego estrutural, como também a fragmentação dos direitos instituídos e a decomposição e fragilização da força de trabalho, organizada politicamente em sindicatos e partidos políticos.

Os anos 60 foram palco de mobilizações em todo o mundo que buscavam um outro modelo de sistema que combinasse a emancipação coletiva e individual. Essa explosão contestatória promove uma crítica à sociedade regulada, ao produtivismo e à alienação, seja no capitalismo avançado, seja nas sociedades socialistas do leste europeu. Neste momento, a participação dos atores sociais era motivada por grandes questões políticas. Após a constatação da fragilidade e refluxo dos projetos dos anos 60 e com a crise dos modelos de regulação política e social pelo Estado que vigoravam desde o pós-guerra, encontramos a partir do final dos anos 70, o surgimento e multiplicação dos movimentos sociais orientados por causas ecológicas, de gênero, étnicas, sexuais etc. Há, portanto, uma fragmentação das

questões postas pela sociedade, evidenciando o surgimento de uma nova configuração dos espaços de participação como nos fala Doimo (1995):

“Uma clara representação disto é a completa ausência de consenso quanto à denominação das novas experiências participativas não oriundas das relações produtivas e não inseridas no universo operário-sindical”. (Doimo, 1995:38).

Há um deslocamento do *locus* das lutas que até então eram pautadas com base no conflito de classe onde as relações eram determinadas pela reprodução material da vida social. A partir do surgimento dos chamados *novos movimentos sociais*, surgem vários *locus* de reivindicações e, concomitantemente, novos atores políticos e sociais.

Diante da crescente desigualdade e exclusão social baseada no distanciamento entre Estado e sociedade, surgem no Brasil nos anos 80, vários movimentos associados à reivindicação de melhores condições materiais de sobrevivência.

Esses movimentos, caracterizam o surgimento de uma organização espontânea e um “impulso autogestionário” (Evers, 1983) e, segundo Doimo:

“São embriões de um consenso de tipo novo, capazes de promover inovações no campo sócio-cultural e de instaurar novas relações entre as esferas da vida tradicionalmente pública e privada, de modo a se levar a vida privada para a esfera pública e levar a vida pública para a esfera privada.” (Doimo, p.43, 1995).

Neste novo contexto, há uma revisão dos paradigmas da luta de classe e outras dimensões começam a ser analisadas. A dimensão da cultura e da identidade começa, nos anos 80, a ser incorporada nos estudos sobre movimentos sociais. Há uma retomada de análises do comportamento de grupos e estudo das organizações, desfocalizando a dicotomia entre Estado e sociedade civil e observando, de forma efetiva, o processo de configuração de identidades pessoais, da vida cotidiana e da cultura. As análises sobre a macropolítica cedem lugar, neste momento, para estudos sobre micropolíticas mantidas através das subjetividades dos atores sociais.

As políticas de identidade, que têm origem nos novos movimentos sociais, são caracterizadas, segundo Steven Best e Douglas Kellner (1991) como:

“(…) aquela em que os indivíduos constroem suas identidades culturais e políticas engajando-se em lutas ou associações que fazem avançar os interesses dos grupos com que se identificam. Por vezes, a identificação é concreta, baseada no envolvimento participativo em grupos específicos, enquanto às vezes é de natureza mais imaginária e

abstrata, como quando alguém se identifica, por exemplo, com os negros, gays e lésbicas ou com uma comunidade qualquer e dela ganha sua identidade, sentido pessoal e de adaptação”. (...) Na política de identidade, os indivíduos se definem primariamente como pertencentes a um dado grupo, marcado como “oprimido” e, portanto, como exterior à cultura branca, masculina, heterossexual e capitalista dominante. Estas identidades giram em torno de uma “posição de sujeito”, uma marca de identidade chave definida pelo gênero, raça, preferência sexual e assim por diante, processo pelo qual o indivíduo é submetido à cultura dominante. (Best & Kellner, 1991: 8)

As políticas de identidade abrem campo para pensarmos outras dimensões do processo de elaboração de referências identitárias diferentes da dimensão do trabalho. O indivíduo como trabalhador e ator social passa, principalmente, a partir das contribuições de Freud, a ser concebido como um ser de desejo e, portanto, passível de ser pensado sob outra ótica que valorize a dimensão da subjetividade. Também em Gramsci, a constituição do sujeito é privilegiada em contraposição à estrutura social. Gramsci foi pioneiro, dentro do marxismo, em valorizar elementos como paixão, vontade e fé. Nesta perspectiva, o indivíduo não mais é pensado como um ser uno, mas provido de múltiplas referências e identidades. As políticas de identidade também abrem precedência para considerarmos todas as esferas da vida como potencialmente políticas e sociais.

Os novos movimentos sociais e as políticas de identidade também provocam uma retomada da busca do entendimento sobre democracia. Em um artigo escrito por Avritzer e Melucci (2001), a crise da democracia é apontada como associada à ausência de um espaço capaz de lidar com a complexidade social e com o pluralismo cultural. A falta de legitimidade no sistema político provocou uma queda na crença da representatividade. Isto ocorre porque no atual sistema, que os autores chamam, de “agregação de maiorias”, os cidadãos não sentem representada a diversidade de demandas expressa na teia social. Os autores defendem que o tipo de ação desencadeada a partir dos movimentos surgidos no final dos anos 60, instaura um novo desenho do político ao introduzir a alternativa de apresentação direta e pública de reivindicações. Esses movimentos atrelam representação e pertencimento onde o último, torna-se irreduzível ao primeiro. Neste sentido, os movimentos sociais reivindicam a liberdade de pertencer onde “o pertencimento é direto e a representação é indireta, o pertencimento é usufruto imediato do bem que é a identidade e a representação é o adiamento deste usufruto” (Avritzer, 2001). A democracia, sob esta ótica, toma outro significado. Segundo os autores, ela era entendida, nas sociedades contemporâneas complexas, como um sistema de competição

regulada em torno de recursos materiais e de representação. Com os novos movimentos sociais a democracia deve dar conta de duas novas liberdades: a liberdade de não pertencer e a liberdade de não ser representado (Avritzer, 2001).

É neste contexto que pretendemos situar a questão da juventude na contemporaneidade. Entendemos que a questão da juventude está se configurando como uma questão política e, portanto, encontra-se situada na discussão das políticas de identidade face ao reconhecimento de outros grupos identitários. É interessante notar, como veremos, que a questão dos direitos dos jovens não estava posta no momento em que emergiam os novos movimentos sociais, mas que a juventude esteve, a todo instante, presente nas reivindicações destes. O reconhecimento do jovem de que era preciso buscar para si o direito de viver plenamente sua peculiaridade só está sendo possível com a mudança da roupagem da democracia, provocada pela ação dos novos movimentos.

JUVENTUDE E REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Juventude projetada e juventude concreta: os impasses da representação social

É muito comum vermos hoje a juventude como alvo da publicidade, como pauta de manchetes, produtos de vendas, potenciais consumidores etc. Mas as discussões acerca da temática juvenil também vêm crescendo nos últimos anos, tanto no meio acadêmico quanto no âmbito da política. Isto faz com que os, aproximadamente, 35 milhões de jovens (15 a 24 anos) brasileiros deixem de ocupar espaços historicamente constituídos como negativos pela própria sociedade e também pelo Estado. Podemos, inclusive, citar como exemplo desta visão negativa o fato da juventude ter sido, nos primeiros estudos, relacionada ao tema da delinquência. Ainda hoje o jovem é submetido a visões do senso comum da sociedade. A primeira delas que podemos destacar, é a de considerar a juventude como um “momento de crise”. O jovem é aquele que passa por uma fase difícil, dominada por conflitos relacionados à auto-estima e/ou formação da personalidade que podem ser materializados através do distanciamento da família e da falta de interesse com a escola. Uma outra visão é embasada na noção de transitoriedade. A juventude seria a fase que ainda não encontrou seu lugar na vida social, ou seja, o jovem não seria mais criança e ainda não seria adulto, portanto ele é visto como aquele que *ainda não chegou a ser*. Desta forma, seu presente concreto não é considerado, já que o que está em jogo é o seu futuro, ou seja, a sua inserção no mundo adulto.

Uma terceira imagem presente trata-se de uma visão romântica sobre a juventude, que foi se fortalecendo a partir dos anos sessenta, resultado entre outros, do advento da indústria cultural e de um mercado de consumo dirigido aos jovens, que se traduziu em modas, adornos, locais de lazer, músicas, revistas etc relacionando-se principalmente à liberdade (Abramo, 1994).

Todas estas visões corroboram para que seja reproduzido um modelo cristalizado de ser jovem *versus* a modos de ser jovem ou juventudes. Como vemos, falar de juventude é mais complexo do que aparenta, principalmente quando buscamos um entendimento mais próximo de sua realidade concreta. Para aproximarmos do que seria juventude, seria preciso fazer um diagnóstico da juventude brasileira, mas mesmo lançando mão desses dados, que são extremamente importantes para dizermos dessa realidade, eles não são suficientes para entendermos a forma como os jovens vivenciam a sua juventude. É importante, portanto, resgatarmos os estudos sociológicos que trataram desta questão.

É importante ressaltar que a busca de uma definição para a categoria juventude tem sido feita por vários autores ao longo do tempo e que, mesmo assim, ainda hoje não existe um consenso em torno do tema. Os estudos desenvolvidos pela sociologia da juventude segundo Pais (1992), podem ser agrupados em duas correntes maiores: a corrente geracional e a corrente classista. As duas correntes são alvo de críticas, principalmente pelo fato de que o foco central, que coerentemente seria a juventude, acaba se tornando a forma como se processa a própria reprodução social. A corrente geracional diz respeito ao estudo sobre as relações inter-geracionais. Para os estudos desta corrente, é importante entender como se dá, dentro de uma sociedade, a transmissão de valores e normas através das gerações. Já a corrente classista, procura compreender a maneira como se dá a reprodução das classes sociais através da forma como a juventude, no caso, a juventude operária, dá respostas às suas condições concretas de sobrevivência. Para Pais, ambas as correntes consideram as culturas juvenis como reflexo da cultura dominante. As diferenças simbólicas entre os jovens seriam, propriamente, diferenças interclassistas e não diferenças intraclassistas como propõe Pais.

Abramo (1994) em seu livro *Cenas Juvenis*, também faz um sobrevôo na trajetória dos estudos sobre juventude e traz para a discussão um enfoque muito interessante ao resgatar teóricos como Eisenstadt, Airès, Bejin e Flitner que deslindaram sobre o tema, enfatizando a idéia de que a juventude é um problema, eminentemente, da modernidade. Esta idéia está relacionada aos novos desenhos de trabalho, da família e da escola que se configuraram, entre

outras coisas, com o advento da industrialização. Somado a isso, podemos também dizer que a juventude, enquanto categoria, surgiu enquanto um fenômeno urbano, já que o crescimento das cidades e as contradições providas deste crescimento e da forma de organização do espaço, provocaram o aparecimento de grupos juvenis contestatórios e/ou com comportamentos desviantes. Como vimos, os estudos que tratam da juventude neste período, ressaltam a questão da “rebeldia” do jovem frente à estrutura de poder que se fazia presente (PAIS, 1992). A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, se inicia uma nova relação do jovem com a sociedade.

Com o estabelecimento do *Welfare State* há uma abertura das possibilidades para os jovens, principalmente para os jovens de classe baixa. Com o pleno emprego e com a expansão da produção de novos bens e com a ampliação da comunicação origina-se uma cultura de consumo. Ao mesmo tempo, há a redução da jornada do trabalho e a expansão da cultura do entretenimento. Tudo isso, dá origem a uma valorização do tempo livre e o jovem passa a desfrutá-lo o máximo possível em espaços de encontro, como lanchonetes, bailes etc. Além disso, alguns acessórios e vestimentas passam a fazer parte da estética juvenil como o jeans, jaquetas de couro, a motocicleta etc (Abramo, 1994). O rock’n roll, como linguagem musical, passa a ser o símbolo internacional dessa nova cultura juvenil. Neste momento surgem vários grupos como *beat* nos Estados Unidos, os *teddy boys*, *skinheads*, *mods*, *rockers* na Inglaterra, e os *blusões negros* na França. O mercado acaba absorvendo e re-significando a noção de juventude na sociedade:

“O interesse da absorção das suas aspirações e símbolos e a conseqüente transformação destes em mercadoria, cria toda uma veiculação imaginária positiva sobre a juventude.” (Abramo, 1994:43)

Surgem também os movimentos de jovens da classe operária que procuram, através da estética, se diferenciar dos demais grupos. Essas “subculturas” acabam criando uma forma de demarcação de espaços simbólicos e concretos no interior das metrópoles. Como nos fala Abramo:

(...) “subculturas são vistas como modos de elaboração e projeção de respostas culturais aos problemas colocados pela especificidade do grupo no interior da classe de origem.” (Abramo, 1994:35)

(...) “elas também se tornam meios expressivos para negociar espaços e sentidos no campo da luta cultural, entendida como uma luta pela manutenção/conquista da hegemonia, entre classes dominantes e subordinadas. As subculturas, assim, podem articular e expressar

novos sentidos e valores culturais formulados por esses jovens e conquistar espaços efetivos para eles, como tempo e lugares de diversão, de circulação e manifestação. São vistos assim, como formas de negociação e resistência frente à cultura dominante.” (Abramo, 1994:37)

Com a intensificação da indústria cultural, a partir dos anos 60 e 70, a juventude começa a ser estudada a partir do que advém de seu tempo livre. Dá-se início, desta forma, a uma nova maneira de se analisar o jovem. Apesar de, neste período, também haver uma efervescente contestação política por parte dos jovens, majoritariamente, oriundos da classe média e, portanto, universitários, surgem manifestações, com bem menos visibilidade, mas que chamam a atenção dos estudiosos. Estamos falando dos grupos que, influenciados pelo movimento *punk* surgido na Inglaterra em 1976, começam a emergir das periferias urbanas a partir dos anos 80. A música torna-se o elemento canalizador da construção da identidade de grupos de classes populares. O cenário juvenil torna-se, agora, mais diverso e heterogêneo assim como o que poderia ser a juventude.

Consideramos, assim como Dayrell (2003) que a juventude é, ao mesmo tempo, uma “condição social” e um “tipo de representação”. Apesar de haver um conjunto de transformações biológicas pelas quais o indivíduo, em determinada faixa etária, é submetido há, por outro lado, formas diferentes de vivenciar essas transformações que variam de sociedade para sociedade e no interior de cada uma delas. As diversidades são expressas através de gênero, raça e etnia, classe social, localização geográfica etc. Diversidades estas, constituídas pela história e cultura de determinadas sociedades.

Desta forma, entendemos que a juventude faz parte de um processo de constituição de sujeitos que constroem maneiras de vivenciarem esta fase da vida. Isto não quer dizer que a juventude se reduza a uma passagem para a vida adulta, mas que deve ser experienciada de forma a demarcar um momento específico da vida. Podemos perceber que, assim como os grupos juvenis que se agrupam através da música, existem outros grupos que se coligam através de outros elementos como a dança, a religião, a posição ideológica etc. É importante ressaltar que apesar desses jovens compartilharem uma série de características comuns, os mesmos vivenciam a juventude de forma peculiar. Contudo, veremos que os elementos constituidores destes sujeitos também podem ser agregadores para um fim comum como, por exemplo, a busca pelos direitos da juventude.

O reconhecimento de si e a construção da identidade juvenil

Como aponta Woodward (2000), é por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos e aquilo que podemos nos tornar. Como vimos, os jovens constroem modos de ser jovem que conjugam várias referências identitárias do seu cotidiano e da realidade concreta (Peralva, 1997):

“Os processos constitutivos da condição juvenil se fazem de modo diferenciado segundo as desigualdades de classe, renda, região, condição de moradia rural ou urbana, etnia, gênero etc.” (Peralva, 1997)

Desta forma, o jovem pode constituir “identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um eu coerente”, (Hall, 2002). Reconhecer-se como jovem seria reconhecer uma das identidades que o constitui e, ao mesmo tempo, reconhecer-se como igual e diferente de outros jovens.

“O reconhecimento da especificidade da juventude tem que ser feito num duplo registro: o da sua singularidade com relação a outros momentos da vida e da sua diversidade interna.” (Sposito, 2003)

Na medida em que são significações (que compreendem atitudes, imagens, opiniões), as representações sociais são expressões de poderes dominantes na interação social. A luta por reconhecimento é uma luta pela resignificação daquilo que compõe a identidade de um grupo, visto que essa mesma identidade é relacional, construída em oposição às objetividades das construções alheias. Em outras palavras, as identidades resultam de relações simbólicas e políticas, cuja base é o posicionamento dos indivíduos e dos grupos perante os outros. São jogos de interesses os quais resultam em ações de dominação e legitimação operados em ações comunicativas. Dessa maneira, as ações grupais tensionam o outro a um descentramento que possibilita a construção de uma nova imagem. Não projetar seus próprios interesses no outro é o fundamento de relações que excluem a dominação: reconhecer o outro enquanto tal é legitimá-lo.

Diante destas questões, é importante tentarmos entender como será que os jovens constroem conjuntamente sua identidade? Através de quais elementos? Na busca de compreensão destas perguntas colocadas recorreremos a Mannheim que traz um estudo muito interessante, já citado, *O problema sociológico das gerações*. Neste trabalho, Mannheim (1982) expõe algumas categorias e estudos sobre o fenômeno das gerações para depois tentar aplicar a sociologia histórica sobre o mesmo fenômeno. O autor se utiliza da categoria *grupo concreto* e a define “como a união de um número de indivíduos através de laços naturalmente

desenvolvidos ou conscientemente desejados” (Mannheim, 1982) como família, tribo, nação, partido político etc. O grupo concreto seria diferente do que ele chama de situação social que é “o fenômeno da situação social comum de vários indivíduos numa estrutura social sob cuja classificação caem tanto as classes como as gerações” (Mannheim,1982). Poderíamos dizer que a situação social é a similaridade de contingências, situações e vivências pelas quais passa um certo número de indivíduos. Mas podemos perguntar o que basicamente permite esta similaridade? No caso das classes sociais seria a estrutura social que determina esta “condição” de estar no mundo. No caso das gerações seria a dimensão biológica e histórica, a qual condiciona determinados indivíduos. É o mesmo que a situação comum que estes vivenciam num processo histórico e social. Há uma tendência inerente à situação que se dá através da interação entre os indivíduos, possibilitando, desta forma, modos definidos de comportamento, sentimentos e pensamentos, possibilidades circunscritas (Idem).

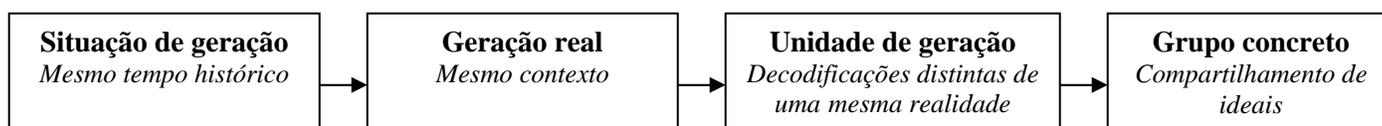
Para problematizar, Mannheim introduz alguns aspectos que ele julga fundamentais relativos ao fenômeno das gerações, mas que são insuficientes para caracterizar a geração como um grupo concreto. Apesar da situação social agregar um conjunto característico de indivíduos, ela também não seria suficiente para dizer que a juventude é um grupo uno, simplesmente pela mera coexistência no tempo. Para tentar resolver esta questão, Mannheim introduz uma nova categoria: situação de geração. A situação de geração seria, não apenas a coexistência em um mesmo tempo histórico, mas também em uma mesma cultura e localização geográfica. Não podemos dizer, por exemplo, que os jovens brasileiros fazem parte da mesma situação de geração que os jovens chineses, apesar deles serem contemporâneos. Para que isso pudesse ocorrer, seria preciso tomarmos a geração como uma realidade concreta onde os indivíduos pudessem ter participação num destino comum de uma unidade histórica e social, onde “é criado um vínculo concreto entre os membros de uma geração através da exposição deles aos sintomas sociais e intelectuais de um processo de estabilização dinâmica” (Mannheim, 1982:86), mesmo que eles tenham participação ativa ou passiva nas forças constituídas de uma nova situação. Desta forma, agora a similaridade pode não ser constante e, por vezes, ocasional e interrompida.

Mas mesmo considerando agora a geração enquanto uma realidade ou, como denomina o autor, geração real, os membros desta geração podem ter reações diversas e adversas dentro de um contexto comum. Este princípio dá origem ao último desdobramento do autor a respeito

da idéia de geração: *unidade de geração*. Há ideais comuns que instigam o agrupamento. Esses ideais ou princípios formativos é que permitem a unidade efetiva de indivíduos. Desta maneira, as unidades de geração se caracterizam pelo fato de que não envolvem apenas a livre participação de vários indivíduos em um padrão de acontecimentos partilhado igualmente por todos (embora interpretado diferentemente por indivíduos diferentes), mas também uma identidade de reações, uma afinidade no modo pelo qual todos se relacionam com suas experiências comuns e são formados por elas.

Para termos uma melhor visualização e recuperarmos o que propõe Mannheim, podemos nos valer do seguinte esquema:

Figura 01



Fonte: Formatação própria

Assim, quando pensamos no reconhecimento de si e na construção da identidade de jovens, estamos buscando também, dimensionar até que ponto podemos dizer que a juventude brasileira, mesmo vivenciando os acontecimentos de forma diferenciada, representa, hoje, um grupo concreto? Ou seja, um grupo que tem buscado sua unidade através do reconhecimento de suas necessidades e, portanto, de sua capacidade de pressão política. A seguir, veremos como vem se configurando a agenda política no que diz respeito às políticas públicas da juventude e o papel do jovem neste processo.

JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO

As novas e clássicas formas de participação: a emergência de novos atores e espaços

Para entendermos como vem se dando a participação juvenil, é preciso que a tomemos como uma dimensão que está posta dentro de um contexto mais amplo. Como já vimos, sob a interpretação de vários autores, a modernidade trouxe uma nova roupagem, tanto para o espaço público quanto para a ação coletiva. Acreditamos que as transformações ocorridas a partir da década de 70, com a emergência dos novos movimentos sociais, repercutiram também no universo juvenil trazendo à tona, o que hoje vem conquistando visibilidade: a busca por direitos do segmento juventude. Mas isto não é algo consensual no meio político ou acadêmico. Acredita-se, por um lado, que estamos vivenciando um período áureo, onde os

jovens estão, pela primeira vez, reivindicando políticas voltadas para as suas especificidades. Por outro lado, há aqueles que afirmam que todas as discussões e reivindicações em torno das políticas públicas da juventude¹ vêm sendo “encabeçadas” pelos adultos ou por jovens orientados por adultos.

Nos marcos históricos ou nas grandes revoluções pelas quais passaram a humanidade, a juventude sempre esteve presente como um importante ator político. Para nós brasileiros, o momento da história que mais evidenciou esta participação da juventude foi o período da ditadura militar. A juventude passa a aparecer como “a mais importante fonte contemporânea de inconformismo radical e inovação cultural” (Roszak, 1972). Há uma grande movimentação de significado internacional, como o surgimento das comunidades hippies, o psicodelismo, as manifestações contra o fim da guerra no Vietnã etc. Os movimentos estudantis foram aqueles que mais estiveram à frente das contestações políticas desta época e encontrou no meio universitário sua maior força.

Um pouco depois, com o advento dos novos movimentos sociais, os jovens também estiveram envolvidos com as temáticas centrais destas novas lutas. Abramo (1994) ajuda-nos a entender um pouco a sedução dos jovens pelas causas políticas e sociais:

(...) “os conflitos e o caos de valorizações antagônicas presentes, principalmente nos momentos de crise social, e o relativo descompromisso da condição juvenil tornam a juventude especialmente apta a solidarizar-se com movimentos sociais dinâmicos que, por diferentes razões, estão insatisfeitos com a ordem.” (Abramo: 1994: 19)

Não podemos esquecer das manifestações ocorridas em agosto de 1992, em todo o país, pelo *impeachment* do, então presidente, Fernando Collor de Melo. Apesar das interpretações feitas sobre a participação dos jovens, que ora a denominavam como espontânea e independente, ora as chamavam de ações manipuladas por grupos políticos e pela mídia, o número de manifestantes foi bastante significativo. Segundo estimativas policiais, cerca de 200.000 jovens participaram, em São Paulo, da manifestação que representou o cume da insatisfação quanto à corrupção deflagrada no governo Collor.

Esses momentos históricos em que os jovens estiveram em evidência gerou um expectativa social em torno da participação que recaí sobre eles. Isto ocorre porque quando relacionamos juventude e participação ainda nos referimos a modelos que se cristalizaram,

¹ Discutiremos o que são políticas públicas da juventude no próximo subitem.

principalmente, no período militar. Para entendermos como se dá a ação política dos jovens, precisamos tomar a participação como uma dimensão para além dos espaços tradicionais como o movimento estudantil, o partido político e o sindicato. É preciso também, considerarmos o contexto em que vivenciamos, pois como nos fala Abramo (1994):

(...) “pode-se pensar a questão de que cada geração juvenil, delimitada por uma determinada conjuntura histórica e pelas experiências definidas por ela, apresenta modos peculiares de sentimento, pensamento e comportamento, e um determinado tipo de relação com o acervo cultural que recebeu de herança, bem como com a ordem social na qual está entrando.” (Abramo, 1994: 51)

Desta forma, a não participação, pelo menos nesses espaços tradicionais, é uma forma de relacionar-se com a estrutura sócio-política vigente.

O espaço público não está mais exclusivamente relacionado com a representação política (Avritzer, 2001) e, sendo assim, a apresentação direta dos atores vem se tornando cada vez mais freqüente. Além disso, com a ampliação do espaço público, trazida pelas políticas de identidades, a dimensão da política pode ser encontrada em outros espaços, outrora não considerados. Desta forma, o público e o privado se imbricam na medida em que uma demanda individual e privada pode tornar-se uma demanda pública e coletiva. Nesta perspectiva, os jovens têm encontrado nos espaços da cultura, esporte, lazer e no voluntariado uma forte dimensão agregatória e, também, identitária. Segundo Dayrell (2003):

“Num contexto de transformações sócio-culturais mais amplo pelo qual passa o Brasil, parecem surgir novos lugares no mundo juvenil, quase sempre articulados em torno da cultura. O mundo da cultura se apresenta mais democrático, possibilitando espaços, tempos e experiências que permitem que se construam como sujeitos.” (Dayrell, 2003:20)

Principalmente quando pensamos em jovens oriundos de classes populares, de periferia, somos levados a constatar que o espaço da cultura, por meio de um estilo musical como o rap e o funk, ou das artes plásticas como o grafite, pode tornar-se como um dos poucos espaços onde esses jovens podem experimentar vivências que lhes possibilitam a sociabilidade entre seus pares ou mesmo, com outros atores sociais. Temos assistido a muitas experiências interessantes que vão neste caminho. Há uma grande quantidade de grupos culturais que, articulados com associações de bairro, ong's, escolas ou mesmo com o poder público, têm desenvolvido trabalhos voltados para sua comunidade como o grupo Afro-Reggae e MV Bil e

tantas outras experiências do Rio de Janeiro e de outras partes do Brasil. O interessante é que a maioria dessas iniciativas toma como alvo de sua intervenção o público jovem.

Mas o que se coloca, neste momento, é que, apesar de parte significativa da juventude brasileira estar atuando em espaços diversos, cabe perguntar se ela também tem atuado em prol de suas próprias demandas. Antes de tentarmos encontrar uma resposta, buscaremos, primeiro, entender o que são políticas públicas da juventude.

Políticas Públicas da Juventude: afinal, o que elas representam?

A busca pelos direitos da juventude está inserida num contexto mais amplo que diz respeito à busca pelo reconhecimento da diferença, imprescindível a todo processo democrático e a qualquer premissa por igualdade. Mesmo que, eticamente, a igualdade e o respeito à diferença sejam valores compatíveis, quando analisamos politicamente as estruturas e relações de poder, vemos que, frequentemente, elas hierarquizam esses valores. Considerar a diversidade e a diferença é reconhecer que todos os segmentos sociais, possuindo demandas específicas, devem ter o direito de ser contemplados pelo Estado. Não pretendemos, neste momento, problematizar o que já há algum tempo têm sido alvo de calorosas discussões: a “dicotomia” entre universalismo e particularismo. Mas acreditamos, assim como Souza Santos (2002) que “as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza”.

Nesta perspectiva, temos que trabalhar com a noção de que o Estado sempre teve papel fundamental na reprodução das desigualdades, seja por sua omissão, seja pelas ações implementadas, estrategicamente, para beneficiar determinados segmentos. Verificamos, ainda hoje, determinadas práticas clientelistas que vigoram, principalmente, nos aparelhos estatais no nível municipal, entretanto, devido às pressões da sociedade civil organizada, podemos perceber um salto por parte do Estado quanto à tentativa de minimizar as desigualdades existentes.

Como já foi explicitado, os novos movimentos sociais inauguram, a partir da década de 70, uma nova forma de relacionar-se com a política, trazendo para a cena pública demandas de grupos específicos. Esses movimentos passaram a pressionar o Estado e iniciou-se, a partir da década de 90, um processo de absorção de demandas de segmentos específicos da sociedade. Esse processo foi impulsionado no período pelas mudanças ocorridas com a crise

do Estado. Com a redução de recursos e, conseqüentemente, a redução de serviços, o Estado se viu obrigado a priorizar demandas e direcionar ações e programas. Desta forma, a reforma do Estado, como nos aponta Soares (2004), consistiu em uma descentralização, a fim de otimizar o uso dos recursos públicos; priorização de ações; novas formas de se relacionar com a sociedade civil; e novas formas de gestão das políticas públicas e instituições governamentais, de forma a garantir maior eficiência e efetividade às ações estatais.

Essas mudanças trazem uma tensão entre o fator eficiência e o fator democratização dos processos decisórios e do acesso a serviços públicos (Soares, 2004). Esta tensão, também lança a sociedade civil organizada em uma disputa pela contemplação de suas necessidades e pelos recursos públicos. Há uma busca pela ampliação da cidadania na perspectiva de garantir direitos que atendam os grupos específicos por meio de ações e políticas públicas. Desta maneira, as “políticas afirmativas” priorizam grupos populacionais discriminados no contexto da luta pela universalização dos direitos. Nesse sentido, as políticas públicas são conjuntos de decisões e ações destinados à resolução de problemas políticos (Rua, 1998). Elas se apresentam como resposta a alguma demanda posta pelos atores sociais que, por sua vez, irão fazer de tudo para que suas reivindicações sejam pautadas na agenda política. Assim, aqueles atores que tiverem mais força política para pressionar o Estado, poderão ter suas demandas melhor assistidas pelo aparelho estatal.

É neste contexto, que a juventude, como um segmento da sociedade, se insere na busca por direitos e na disputa por recursos. A questão que move este trabalho é, justamente, tentar compreender até que ponto o segmento juvenil encontra-se política e organicamente reivindicativo no que diz respeito à busca pela implementação de políticas públicas.

As reivindicações pelos direitos da juventude, que vem se travando já há alguns anos, culminaram, em fevereiro de 2005, na criação da medida provisória que instituiu a Secretaria e o Conselho Nacional da Juventude (CNJ), bem como o Programa Nacional de Inclusão de Jovens, o Pro-Jovem. A criação desta medida foi uma conquista de vários movimentos sociais, ong's, instituições etc, que têm acompanhado de perto a atuação da Secretaria, do Conselho e do Programa.

O que realmente se espera é que as políticas públicas, em questão, possam criar uma nova representação da juventude por meio de sua intervenção concreta e, ao mesmo tempo, fazer com que o Estado e a sociedade passem a ver a juventude como um sujeito de direitos e

não mais como um “problema social”. Em um estudo feito por Sposito e Carrano (2003) sobre juventude e políticas públicas no Brasil, foi realizada uma retrospectiva das políticas direcionadas ao jovem desde 1950. Analisando os estudos sobre a área e principalmente a síntese de Abad (2002), os autores dividiram as políticas em quatro modelos: a) ampliação da educação e uso do tempo livre (entre 1950-1980); b) controle social de setores juvenis mobilizados (entre 1970-1985); c) enfrentamento da pobreza e prevenção do delito (entre 1985-2000); e d) inserção laboral de jovens excluídos (entre 1990-2000). Considerando estes modelos, podemos constatar que os jovens nunca foram realmente providos do *status* de sujeitos de direitos e que a necessidade de políticas voltadas para eles ou estiveram em torno da questão do controle social ou da desigualdade social de uma forma mais ampla, ou seja, contemplando outros segmentos vulneráveis da sociedade. Além destas questões, as políticas sempre foram marcadas por ações fragmentadas, programas sobrepostos, ineficientes e sem continuidade.

Um fator importante quando pensamos em política direcionada para o jovem, é a delimitação da idade. No Brasil, é considerado jovem aqueles que estão compreendidos entre as idades de 15 a 24 anos, mas ainda não existe uma política mais ampla que assegure direitos a toda esta faixa etária. Normalmente os programas, principalmente municipais, ações de instituições e ong’s contemplam jovens de até 18 anos, por esta faixa etária estar protegida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Um outro problema é que todas as iniciativas criadas, até então, não foram formuladas conjuntamente com os mais interessados: os próprios jovens. Pensar em políticas públicas da juventude é pensar, também, maneiras de envolver os jovens na formulação e desenho dessas políticas bem como formas de acompanhamento, avaliação e controle. Estão surgindo experiências interessantes em algumas administrações municipais como foi o caso da última gestão da cidade de São Paulo. No mandato da Marta Suplicy, foram criados a Secretaria da Juventude e o Orçamento Jovem onde foi possível se aproximar melhor das demandas juvenis e também iniciar uma nova cultura política, ao trazer para o aparelho do Estado novos atores sob outras formas de diálogo.

Neste momento estão colocados dois desafios para a formulação de políticas direcionadas para a juventude. O primeiro diz respeito à diversidade que encontramos no universo juvenil. Como já discutimos, é preciso lançar um olhar mais atento para as

especificidades existentes nos “modos de ser jovem”, já que a juventude não é um segmento homogêneo. Deve ser contemplada, por exemplo, a juventude rural que é, muito pouco, incluída nas discussões. Como nos propõe Soares (2004), é necessário que haja uma “focalização dentro da focalização” para garantir que todos os jovens possam ter seus direitos assegurados.

O segundo desafio que se coloca é mudar, efetivamente, a forma de relação da sociedade civil, no nosso caso o jovem, com o Estado para que não mais o adulto fale pelo jovem, como sempre ocorreu. Existe uma grande diferença, não meramente semântica, quando pensamos em políticas públicas da juventude, políticas públicas de juventude e políticas públicas para a juventude. O grande debate travado nos movimentos em prol dos direitos da juventude é que sejam criados mecanismos que favoreçam a interlocução entre o jovem e o poder público. É preciso garantir a legitimidade das propostas de políticas públicas através da escuta do que o jovem realmente acredita que é necessário para que ele tenha uma melhor qualidade de vida.

De fato, é preciso que sejam criados outros espaços de participação já que, como já vimos, a juventude tem nos dado vários indícios, expressados em sua não participação em espaços formais, que a forma como estão colocadas as questões políticas já não dão conta da diversidade e complexidade do universo juvenil. É importante analisarmos se está sendo possibilitado o fortalecimento da participação em espaços de definição de políticas públicas e disputa de recursos e aos meios de controle social dessas políticas e à possibilidade de acesso aos espaços de decisão das políticas prioritárias, como nos alerta Soares (2004).

Pensar em políticas públicas *da juventude*, ou seja, a partir dos próprios jovens é, portanto, pensar a forma como eles próprios vêm conduzindo este processo de busca de direitos num contexto em que a cultura política do “falar pelo outro” ainda é, fortemente, reproduzida. Deste ponto de vista, as políticas públicas devem ser entendidas como parte de um processo maior de mudanças que requer a emancipação dos cidadãos, no nosso caso, do jovem.

A questão central deste trabalho é justamente pensar até que ponto o jovem está falando por ele e em que condições isso acontece. Acreditamos que, apesar das inúmeras manifestações ocorridas em todo país em torno da questão dos direitos da juventude, apenas uma parte desta está envolvida. Ao trazer para a discussão a existência de grupos sócio-

culturais de periferia, acreditamos que os elementos identitários constituidores desses grupos influenciam fortemente sua inserção na discussão sobre direitos. O fato de, por exemplo, o movimento *hip hop* agregar vários grupos culturais e juvenis de periferia, possibilita uma interação e convivência entre os jovens. Embora o grupo não esteja inserido em espaços formais de participação, a sua forma de inserção no campo da cultura possibilita à este, uma forte dimensão política. A pergunta que se coloca é, se estando inserido em movimento cultural, o jovem pode, por meio deste, extrapolar sua “necessidade” de socializar-se, divertir-se e de potencializar suas habilidades artísticas para buscar meios de mudança da própria condição e também da condição de outros jovens.

Os grupos sócio-culturais de periferia se inserem na discussão trazida por Pizzorno (1975). O autor utiliza a expressão “áreas de igualdade” para dizer que os indivíduos apenas participam quando estão entre iguais. Isto ocorre quando um sistema de solidariedade age sobre a estrutura e sobre os valores de um sistema de interesses. Os sistemas de solidariedade surgem face ao estabelecimento da desigualdade onde são ativadas formas diferentes de participação em reação a ela. Pizzorno (1975) introduz a noção de *subculturas* ao criar tipologias para a participação política, como veremos a seguir.

Figura 2

Tipos de participação política

	A solidariedade política prevalece	A solidariedade privada prevalece
Ação inserida no sistema estatal	Profissionalismo político	Participação civil na política
Ação extra estatal	Movimento social	subcultura

Fonte: Quadro extraído do livro: Participación y cambio social en la problemática contemporánea.

Pizzorno (1975) classifica a participação política em quatro tipos: profissionalismo político e movimento social, onde a solidariedade política prevalece; participação civil e subcultura, onde a solidariedade privada prevalece. Ele também diferencia as esferas de participação onde encontramos ações políticas que estão inseridas no sistema estatal e ações políticas extra-estatal. O primeiro tipo de participação, o *profissionalismo político* diz respeito aos especialistas que trabalham em instituições, eminentemente, políticas e que, portanto,

estão necessariamente vinculados ao Estado. O *movimento social* seria um coletivo onde a ideologia é que ligaria os membros na perspectiva de se criar um novo sistema de valores, onde o bem comum estaria, acima de tudo, colocado. No âmbito privado, temos a *participação civil* que, embora esteja na esfera da livre iniciativa dos indivíduos, encontra-se situada também na relação com o Estado. Segundo o autor, a *participação civil* é caracterizada por indivíduos com uma alta posição social e que, quanto maior for esta posição mais elevado será o nível de participação. Geralmente os indivíduos, neste caso, se agrupam mediante características que demarcam uma posição de superioridade, o que acaba criando um sentimento corporativo. Este tipo de participação recebe uma apreciação positiva pelo sistema dominante. Já as *subculturas*, que é o que mais nos interessa, são constituídas a partir das particularidades comuns e identificáveis de seus membros.

Segundo o autor, elas se aproximam da *participação civil* por se tratar de um agrupamento que se dá a partir da esfera privada, mas ao contrário desta, as *subculturas* são constituídas pela posição de inferioridade de seus membros. Diante de um sistema onde a desigualdade é imperante, alguns indivíduos, que são vítimas desta desigualdade, procuram uns aos outros, num ato de cumplicidade, para obter, em grupo, um certo tipo de conforto. Os membros, portanto, se solidarizam por sua condição de inferioridade perante os outros indivíduos e grupos da sociedade. Desta forma, há a necessidade de “estar entre iguais”. É como se as *subculturas* exercessem o papel de amortecedoras de conflitos ou de “terapia em grupo”. As *subculturas* também se aproximam dos *movimentos sociais* no sentido em que ambas as formas se encontram fora dos canais formais de participação e do sistema político. Mas se diferem, ao mesmo tempo, por se tratarem de formas de agrupamento que perseguem fins diferentes. Os *movimentos sociais* elaboram valores de transformação que, comumente, estão fora do patamar da cultura dominante e a *subcultura* não necessariamente possui este objetivo. Para o autor, os membros da *subcultura* estão, estritamente, interessados nas próprias questões que os une e não estariam preocupados com a situação dos demais indivíduos. Apesar das *subculturas* serem constituídas em consequência da própria lógica do sistema que produz a desigualdade, seus membros não almejam, necessariamente, superar tal situação.

Já introduzimos na primeira parte do texto a idéia trazida por Beck (1997) que se assemelha ao conceito de subcultura discutida por Pizzorno. Beck (1997) vai falar da *subpolítica* para explicar como se deu a reconfiguração do político com as consequências da

modernidade. Os indivíduos, ao exporem suas vidas no espaço público, trazem à tona questões que, embora privadas, carregam um caráter público, por serem experienciadas por todos e, portanto, identificáveis. Foi, dessa maneira, formando uma agregação de individualidades que causou, tomando uma expressão de Beck (1997), “uma retomada dos indivíduos à sociedade”. Beck (1997) chamou estas agregações de *subpolítica*, que surgem com o nascimento não institucional do político face ao vazio político das instituições. Subpolítica significa:

“Moldar a sociedade de baixo para cima (...) No despertar da subpolitização há oportunidades crescentes de se ter uma voz e uma participação no arranjo da sociedade para grupos que até então não estavam envolvidos na tecnificação essencial e no processo de industrialização: os cidadãos, a esfera pública, os movimentos sociais, os grupos especializados, os trabalhadores no local de trabalho” (...) (Beck, 1997: 35)

Os dois autores trazem uma grande contribuição para pensarmos nas possibilidades de formas de como pode se dá o agrupamento de jovens de periferia que lidam com a cultura, entretanto, não podemos nos furtar da oportunidade de tecer algumas críticas, principalmente, sobre as idéias de Pizzorno. Primeiramente, ao nomear essas formas de participação utilizando o prefixo *sub*, os autores já as colocam em uma relação de assimetria diante das outras formas tradicionais de participação. Isto certamente cria uma hierarquização dentro das tipologias elaboradas, ao invés de criar a possibilidade de reconhecermos outras formas de participação apenas como formas diferentes e que, embora sejam novas para os pesquisadores, não devem ser, naturalmente, vinculadas à uma esfera inferior. No caso do Pizzorno, isto se torna ainda mais agravante, pois a *subcultura* é, segundo sua classificação, a única forma de participação em que os membros se agregam segundo a tomada de consciência de que são indivíduos inferiores e, além disso, não há nenhuma pretensão de fazer desse agrupamento um espaço de *front* e de caráter reivindicativo.

Observamos que, em muitos casos, os grupos sócio-culturais de periferia possuem fortes elementos que ligam seus membros. Destacamos dois a saber: ser morador de periferia e trabalhar com cultura. Mas percebemos que a característica de morar em bairros periféricos, vilas e favelas uni os membros de forma “natural”, mas não é o fim último do agrupamento, ou seja, não ha a intenção de se criar um gueto e manter-se fechado e isolado de outros grupos e segmentos. A tomada de consciência de jovens participantes se dá, quase sempre de forma a não fazê-los aceitar sua própria condição, mas sim de, juntos, tentarem mudar a situação dos jovens de semelhantes características. Esta verificação também vai de encontro à idéia de

Pizzorno (1975) de que os membros das *subculturas* pensariam não mais que apenas em suas próprias demandas e que não teriam a intenção de intervirem na estrutura vigente.

Nesse trabalho, estamos tentando nos ocupar por saber se os grupos juvenis podem se apresentar, depois de um processo de amadurecimento, como um “espaço” privilegiado, possibilitador do auto reconhecimento de seus membros como um sujeito de direitos. Ao pensarmos na discussão dos direitos da juventude e na necessidade dos próprios jovens lutarem por esses direitos, acreditamos que as noções de *subpolítica* e *subcultura* sejam importantes para entendermos os motivos pelos quais os jovens se inserem em grupos. O passo importante a ser dado é pensarmos, também em como são processados os elementos “primários” (primeiros elementos de identificação) que dão liga ao grupo, para só assim, nos aproximarmos daqueles que são centro de convergência entre os indivíduos de toda uma geração, o que resultaria em uma *situação de geração* e, conseqüentemente, a juventude como um *grupo concreto*, recorrendo, novamente, as contribuições trazidas por Mannheim (1982). No texto *Introuccion al estudio de la participacion politica*, onde Pizzorno (1975) explora sua tipologia da participação política, há uma rápida menção à possibilidade da *subcultura* vir a se transformar em movimento social, mas o autor não chega a explorar a forma como esta mudança pode se processar. Desta forma, e diante das críticas colocadas estamos, aqui, propondo uma outra terminologia para designar o que acreditamos ser grupos sócio-culturais de periferia.

Sugerimos a denominação *cultura contra hegemônica* para dizermos que a forma de participação e ação política desempenhada por esses grupos vai além do que Pizzorno e Beck desenvolveram sobre *subcultura* e *subpolítica*. Tendo em vista que há uma tentativa de se criar outras representações da juventude que extrapolem as visões do senso comum e, portanto, as visões dominantes, e que é preciso desfazer esta barreira para que a sociedade reconheça o jovem como um sujeito de direitos tanto quanto qualquer outro ator social ou segmento, a discussão da hegemonia torna-se necessária.

Tomamos aqui a noção de hegemonia discutida por Gramsci e retomada por Gruppi (1978) e Coutinho (1989). A hegemonia seria a supremacia intelectual e moral de determinado grupo que conduziria, de forma consensual ou legitimada pela maioria da população, diante das metas impostas à vida social e política de um país. Para o estabelecimento e manutenção da hegemonia de algum grupo é necessário um arcabouço ideológico que ancore e dê

sustentação ao poder exercido de modo a não ser preciso o uso da força. A instrumentalização hegemônica é necessária tanto para o grupo dominante quanto para os grupos revolucionários que pretendem lutar pelo poder. Neste caso, para Gramsci, a hegemonia apontaria para uma transformação política onde o “bloco revolucionário”, entendido como uma unidade entre grupos dominados, buscaria o reconhecimento do interesse de todos os explorados. Quando, portanto, dizemos *cultura contra hegemônica* estamos nos referindo a um modo de ação que venha a questionar a estrutura dominante e a reivindicar a possibilidade do reconhecimento de outros valores e construções ideológicas presentes na sociedade. Ao denominarmos esses grupos como de *cultura contra hegemônica*, guardando as devidas proporções quando pensamos na luta operária, estamos considerando que os mesmos, para além da busca de recursos materiais, se caracterizam por uma atuação cunhada na tentativa de busca de inversão de valores, simetricamente, reconhecidos pela sociedade.

Identidade e política: a construção da identidade e a busca por direitos

Podemos dizer que a juventude de periferia pode se constituir potencialmente mais agressiva na busca por seus direitos? Para a análise desenvolvida neste trabalho, destacamos alguns destes elementos identitários que podem ser fontes influenciadoras para o reconhecimento da juventude como um grupo político a saber: o lugar (periferia), a cultura e a dimensão da diversidade/diferença. Procuraremos a partir de cada elemento apontado, sua relação com grupos juvenis sócio-culturais de periferia e sua possível relação com a discussão das políticas públicas da juventude.

A- Lugar (periferia)

“O mundo oferece as possibilidades, o lugar oferece as ocasiões.”

Milton Santos

Podemos observar em grupos sócio-culturais de periferia, principalmente, aqueles voltados para um trabalho junto à comunidade, que há uma tentativa de fazer com que os moradores possam afirmar-se enquanto membros pertencentes de um lugar entendido como uma comunidade da qual se faz parte e a qual se quer afirmar mediante às possibilidades e potencialidades nela existentes. Há um grande esforço de construir uma nova representação da periferia que venha a valorizá-la e reconhecê-la como um lugar provido de uma história de luta e resistência não apenas como um lugar de exclusão e marginalização. É muito frequente

que ao participarem de eventos, os jovens envolvidos nesses grupos se referenciem às suas comunidades ao se apresentarem. É como se o nome do lugar onde se mora fosse um *sobrenome* que, embora diferente de outros *sobrenomes*, é o primeiro elemento identificador entre os participantes de determinado evento. Ser “jovem de periferia” é ser um jovem diferente daqueles que moram em outros lugares e que fazem parte de uma classe social diferente. Não queremos romantizar a periferia e dizer aqui que o simples fato de ser morador de periferia e crescer na periferia confere necessariamente ao jovem a possibilidade de adquirir um capital social que pode lhe permitir ser mais ativo, por exemplo, na busca por seus direitos. Estamos sim dizendo que a forma como o espaço é configurado e a forma como se dá a sua dinâmica influencia na construção da identidade de seus moradores. Desta forma, é importante nos atermos à relação entre identidade e lugar, pois quando, portanto, falamos de moradores e estes principalmente jovens, estamos falando de sujeitos que reconhecem o lugar e que o tomam como integrante de um campo de forças política, econômica e simbólica dentro da cidade. Mas qual é o sentido do lugar onde se mora? Qual é a relação entre lugar, identidade juvenil e constituição de atores sociais? É fundamental entendermos o que venha a significar “periferia”.

O espaço não pode ser visto simplesmente do ponto de vista físico. Ele agrega dimensões que, como ressalta Lefebvre (1970), são constituídas por aspectos políticos, ideológicos e econômicos. Pensar a cidade, portanto, é considerá-la como uma produção. A cidade foi pensada para abrigar as novas formas de relações de trabalho que surgiam com a industrialização. A cidade nasce fragmentada, tal como a vida de seus trabalhadores obedecendo à lógica industrial. Viver na cidade *urbana* era estar à frente do tempo, enquanto o rural guardava o que havia de mais “atrasado”. Mas assim como a cidade refletia os encantos da modernidade, ela também tornou-se palco de contradições. Contradições essas que se expressam hoje na impessoalidade, na mercantilização das relações, na pobreza, no desemprego, nas desigualdades etc: aspectos que se encontram quase que naturalizados no espaço urbano.

No texto *Rudimentos para o exame da urbanização em sua fase crítica: uma aproximação ao conceito de segregação sócio-espacial*, Maurício Sogame (2001) discorre sobre a crise das grandes cidades baseada na segregação sócio-espacial, destacando o lugar e a dimensão da periferia. A periferia, entendida como o lugar não privilegiado, onde há um

afastamento não estritamente geográfico, mas econômica e politicamente desamparado, nos mostra o quão desigual são os espaços produzidos e reproduzidos dentro da metrópole pelo sistema social. Falamos “econômica e politicamente desamparado” para destacarmos que periferia não significa simplesmente o que está aos arredores da cidade, mas sim o que está à margem dos serviços e aparelhos públicos, das boas condições de vida, de um bom sistema de transporte, de uma boa infra-estrutura etc. Pois tanto podemos encontrar “periferia” muito próxima do centro da cidade, como é o caso do Aglomerado da Serra em Belo Horizonte, como também bairros nobres que, embora afastados, não compartilham do mesmo status de carência. Falar de periferia, portanto, significa dizer que a cidade se constitui de espaços diferenciados que, planejados ou não, acirram as desigualdades existentes. A questão é que a diferenciação desses espaços como menciona Maurício Sogame (2001) não tem nada de acidental. O espaço é um produto social e político:

“A produção do espaço não pode ser comparada à produção deste ou daquele objeto particular, desta ou daquela mercadoria. E, no entanto, existem relações entre a produção das coisas e a produção do espaço. Esta vincula-se aos grupos particulares que se apropriam do espaço para o gerir, para o explorar.” (Lefebvre, 1970: 38).

O espaço desta forma não é isento de valores e intenções e assim como tal, não pode ser observado de outra maneira.

Quando pensamos no caso das favelas em Belo Horizonte, constatamos que elas surgem em meio às contradições que já se faziam presentes na construção da capital mineira. Elas surgem indesejadas, totalmente imprevistas no projeto urbano. Podemos dizer que as favelas foram produzidas pela ausência do Estado na medida em que não projetou um espaço para todos. Esta situação acabou gerando uma forma alternativa à ausência, como menciona Sogame (2001):

“A segregação sócio-espacial ganha os contornos do sistema social dominante, ao mesmo tempo em que age sobre a sociedade recriando novas formas de viver e sobreviver na cidade.” (Sogame, 2001:102).

Neste contexto, a favela, apesar de ser produzida pela lógica da contradição do capitalismo torna-se também um espaço de *front*. As comunidades dos agentes culturais são exemplos disto. É interessante observar como os moradores da favela vêem seu espaço e como vêem a cidade, qual é a relação que eles estabelecem com o espaço onde vivem. A favela, como diz Silva (2001) é produtora de identidade, é o “lócus identitário”. Esta idéia é contraposta a uma posição da sociedade que vê o espaço enquanto uma denominação social que vai definir e

diferenciar as pessoas dentro da cidade. Resta saber se os moradores de favela interiorizam o papel que lhes é comumente destinados ou se eles re-significam o espaço de forma positiva. A palavra favela freqüentemente é relacionada à palavra carência, mas quase nunca é dada visibilidade ao que é criado como resposta a essa falta.

“Desconstruir esses referenciais é uma maneira de apresentar um outro lugar, o lugar da luta, da vida cotidiana, da busca pela sobrevivência e para além disso, da construção da cultura, da vizinhança, das relações.” (Silva, 2001: 97).

Pensar a favela como nos propõe Silva, é tomá-la como um lugar de conflitos, de construção que dialoga todo o tempo com a cidade.

“O lugar é a possibilidade do evento. E este, ao se tornar espaço, ainda que não perca suas marcas de origem, ganha características locais. É como se a flecha do tempo se entortasse no contato com o lugar. O evento é, ao mesmo tempo, deformante e deformado. Por isso fala-se na imprevisibilidade do evento, a que Ricoeur chama de autonomia, a possibilidade, no lugar, de construir uma história das ações que seja diferente do projeto dos atores hegemônicos. É esse o grande papel do lugar na produção da história” (...). (Santos, 2005:163).

Desta forma, é interessante pontuar alguns elementos que constituem o *locus* identitário do espaço. A apropriação do espaço possibilita a ocorrência de eventos cuja sociabilidade consolida e, ao mesmo tempo, reinventa as identificações entre os membros e entre estes e as comunidades. É neste contexto que podemos pensar a relação dos jovens envolvidos com grupos com a periferia.

B- Cultura

“Dizendo quem sou através do que faço, dialogo com os outros em um processo poroso que permite interpenetrações criativas por meio de formas, sons, cores e palavras.”

Pedro Garcia

Um outro elemento importante nesse processo de construção da identidade é a cultura. Já discutimos aqui que a cultura possui uma forte dimensão agregatória onde o universo juvenil encontra, hoje, seu mais significativo espaço de sociabilidade, de fruição e de potencialização de habilidades. A cultura aqui pode ser entendida como:

“Um conjunto de significados compartilhados; um conjunto de símbolos específicos que simbolizam a pertença a um determinado

grupo; uma linguagem com seus específicos usos particulares e rituais e eventos através dos quais a vida adquire um sentido.” (Pais, 1993: 55)

A inserção em grupos culturais é muito importante para a constituição da identidade do jovem como nos aponta Dayrell (2003):

“Os grupos culturais podem possibilitar práticas, relações e símbolos por meio dos quais eles criam espaços próprios, com uma relativa autonomia do mundo adulto. São expressões da cultura juvenil que fornecem elementos para se afirmarem com uma identidade própria.” (Dayrell, 2003:188)

Segundo Dayrell (2003) os grupos culturais se constituem como espaços educativos por excelência e que permite ao jovem um diálogo diferenciado com as pessoas e os espaços.

“A adesão a um grupo gera a ampliação dos circuitos e das redes de troca, pois esse grupo torna-se produtor de sociabilidade e possibilita uma maior apropriação da cidade.” (Dayrell, 2003:188)

A arte, que é um dos elementos da cultura adquire um valor para além da sua dimensão estética, embora os jovens primarem pela qualidade plástica da arte que produzem. A arte não pode ser vista simplesmente do ponto de vista estético, mas deve ser entendida com toda sua riqueza: arte como expressão, arte como atitude, arte como reação, arte como manifesto, arte como beleza. Como nos diz Amaral (1980):

“Ainda hoje nos deparamos com artistas e críticos que defendem a arte pela arte. Sempre haverá aqueles como os parnasianos⁴ que afirmam que preocupar-se com a política seria contaminar a qualidade plástica de seu fazer com um objetivo utilitário. (...) Haverá sempre, por outro lado, aqueles que dirão que toda arte é automaticamente social, posto que emana do homem e, indiretamente reflete seu contexto. Baudelaire qualificava de pueril a teoria da arte pela arte e proclamava que a arte devia perseguir fins sociais e que neste sentido não pode haver distancia entre o trabalho do artista e a realidade social.” (Amaral, 1980: 5)

A arte, portanto, também tem o papel de interferir na estrutura social, conscientizar ou não as pessoas, despertá-las para o senso crítico, pois ela busca, insistentemente, respostas para as questões do mundo. A arte é inseparável da realidade social, política e cultural. Ela acaba possuindo um papel fundamental na reorganização do tecido social. Por isso torna interessante o fato de podermos observar o conteúdo da arte e a trajetória daquele que a produz principalmente quando se trata de jovens de periferia. Particularmente, entre os jovens, a arte

⁴ O Parnasianismo foi um movimento literário surgido na França no século XIX. Sua principal característica é a busca da perfeição formal e da beleza em contraposição ao uso da arte para fins políticos e sociais.

torna-se uma das linguagens possíveis de compreensão, de comunicação e de expressão. Ela também pode potencializar ações que busquem, por exemplo, a reivindicação de direitos. Para os jovens a arte pode ser uma viabilizadora de diálogo entre estes e a comunidade da qual fazem parte, os aparelhos públicos, os movimentos sociais e jovens de outros grupos e regiões, permeando desta forma, as relações sociais que podem, até mesmo, serem estabelecidas a partir dela. Assim, a arte se torna uma referência para esses jovens e constitui-se como um bem simbólico catalisador onde outros bens simbólicos também são constituídos através dela.

C- Diversidade/diferença

“As identidades são marcadas por meio da diferença” (Woodward, 2000:39). Como nos diz a autora, é o contato com a diferença que irá nos dizer quem somos, pois a identidade é construída na relação com o outro. A dimensão da diferença nas relações sociais ora se apresenta como propulsora da exclusão social, ora como fonte de diversidade. Mas como ela se processa na construção da identidade? As identidades não são uma essência, mas sim processuais e provisórias. Porque elas são construídas em torno de referências sociais. Não há como negar que o sujeito (individual ou coletivo) encontra informações e condições pré-existentes a ele. A partir de tais referências ele delinea sua identidade, percebendo a si mesmo na relação com o outro. A consciência de si emerge no contato com o mundo à sua volta. É à medida que o sujeito percebe-se como um entre tantos outros, em sua singularidade, que se constrói a consciência da realidade intersubjetiva. Entendemos que nessa alteridade é sabido o limite imposto pelo mundo de objetos e cuja objetividade é constituída pela(s) subjetividade(s) do(s) outro(s). Desse modo o processo de formação identitária do sujeito é relacional e a identidade coletiva não existe sem que haja elementos de identificação os quais aproximem os indivíduos de determinada maneira, entre tanta diversidade. A leitura do meio delinea a posição do indivíduo diante do outro e impõe limites conforme a objetividade das subjetividades alheias, constitutivas de seu mundo real. Nesse sentido não podemos afirmar o caráter essencialista da identidade. Pelo contrário, há certas determinações sociais que orientam a formação de traços de identificação entre os indivíduos, de modo a agregar significações semelhantes e possibilitar, num processo solidário, a formação de um sujeito coletivo frente a outros grupos oriundos de condições diversas.

Não há somente construções, tampouco há somente determinações. São movimentos constantes de significação e resignificação baseados nas redes de sentidos tecidas socialmente. Formam um conjunto de crenças, valores e idéias que configuram as relações e se configuram nas relações sociais. Ou seja, os elementos socialmente dados estruturam as identidades que fundamentam as ações políticas, as quais redefinem configurações sociais por meio de processos de conflitos simbólicos. Os indivíduos não são apenas determinados, são também atores que baseiam suas ações nessa formação, reorganizam as idéias dentro desse escopo (pois interpretam subjetivamente) e tomam decisões políticas, voluntárias, racionais.

O trabalho de afirmação de identidades permeia o campo político porque a classificação das diferenças envolve a hierarquização valorativa do diferente. A política traz a possibilidade de superação das relações que subjagam as particularidades próprias da pluralidade social. A tentativa de legitimar a existência da diferença é fundamental para a consolidação democrática. Não reconhecer o direito do outro de possuir projetos diversos leva à dominação e subordinação desse outro, e até mesmo à sua nulidade. Por isso as ações que podemos encontrar entre os jovens podem propiciar identificações e a unificação em torno de um propósito comum. A solidarização cada vez maior das relações abre caminhos para a luta por mais do que aspectos materiais: a valorização da diversidade cultural dentro e fora do grupo é uma maneira política de fortalecer laços de convivência e o sentimento de pertença e de múltiplo reconhecimento. Esse mesmo esforço estimula a auto-estima dos membros e caminha contra as representações hegemônicas e preconceituosas (generalizações) acerca da juventude. Entendemos que o contato com a diferença e, principalmente, seu reconhecimento pode possibilitar aos jovens um melhor conhecimento de si e, conseqüentemente, o reconhecimento de sua condição juvenil.

O que nos dizem estes elementos?

Será que esses elementos influenciam na construção da identidade dos jovens inseridos em grupos sócio-culturais de periferia de modo a torná-los integrantes de um *grupo concreto*? Podemos observar esta característica em outros grupos? Ao relacionar os elementos trabalhados acima com a construção da identidade e, especificamente, a construção da identidade juvenil, somos levados a considerar, assim como Mannheim (1982) que eles são fundamentais para pensarmos na constituição da *unidade de geração* e do *grupo concreto*.

Como vimos, as unidades de geração se caracterizam pelo fato de que não envolvem apenas a livre participação de vários indivíduos em um padrão de acontecimentos partilhado igualmente por todos (embora interpretado diferentemente por indivíduos diferentes), mas também uma identidade de reações, uma afinidade no modo pelo qual todos se relacionam com suas experiências comuns e são formados por elas. Desta forma, a similaridade pode não ser constante e, por vezes, ocasional e interrompida, mas se torna presente em um momento específico onde os indivíduos tomam consciência desta similaridade.

Neste momento, acreditamos que, dificilmente, um jovem sozinho pode se reconhecer enquanto um sujeito de direitos específicos. Como discutimos no capítulo anterior, apesar da luta pelas políticas públicas da juventude estar ganhando uma dimensão significativa dentro do aparelho estatal e, por certo, na própria sociedade, ela não se configura ainda como uma referência para o jovem que não está inserido em algum espaço ou grupo. Ou seja, ao jovem “comum” ainda não são disponibilizados elementos que o acionem para a busca por seus direitos. Ainda não há uma consciência formada em torno da necessidade da luta pelos direitos da juventude. Acreditamos que uma das formas que pode auxiliar neste “despertar da consciência” seja o contato e/ou a inserção do indivíduo no que estamos chamando, neste trabalho, de *cultura contra hegemônica*, por considerá-la muito mais política e propositiva do que Pizzorno, por exemplo, considera a *subcultura*.

Considerações finais

É importante ressaltar que este trabalho não tem caráter normativo no que diz respeito à participação juvenil e a tomada de consciência de direitos. Apesar de acreditarmos que um jovem inserido em grupos pode ter mais possibilidade de querer tomar para si o papel de ator social, não podemos dizer que há uma relação direta. Buscamos ressaltar aqui, a importância de nos atermos para uma forma de participação que extrapola a reivindicação de condições materiais configurando, desta maneira, como uma cultura contra hegemônica. O grande problema é que este tipo de participação, muitas vezes, não se mantém no tempo devido às condições que ela se dá. Quando pensamos em grupos juvenis de periferia, somos levados a considerar que a sua manutenção é influenciada pelas condições concretas de seus membros. Há várias organizações juvenis que não conseguem se manter, de forma sustentável e autônoma, pelo fato de que os agentes deste processo estão inseridos em um contexto tal que

não oferece as condições necessárias para a sua inserção e permanência em determinada organização.

Um outro fator ligado ao já mencionado, diz respeito à transitoriedade da condição juvenil que dificulta a emergência de uma vanguarda. Diferentemente de outros segmentos políticos da sociedade como o grupo das mulheres, por exemplo, cuja condição que as liga não é transitória, os grupos juvenis encontra este problema quando os jovens integrantes “deixam de ser jovens” e se vêem obrigados, face às pressões da sociedade, a assumirem uma vida adulta. Por esses e outros motivos a luta pelos direitos da juventude torna-se, neste momento, extremamente válida e necessária. Ainda faltam condições concretas e simbólicas para que, parafraseando Drummond, grande parte da juventude brasileira possa vir a dialogar, sem pressa, com o *tempo presente, os homens presentes, a vida presente...*

Referências

- ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo, Página Aberta, 1994
- AMARAL, Aracy A. *Arte para quê: a preocupação social na arte brasileira, 1930-1970: subsídio para uma história social da arte no Brasil*. 3º ed. – São Paulo: Studio Nobel, 2003.
- AVRITZER, Leonardo & MELUCCI, Alberto, “Complexidade, Pluralismo Cultural e Democracia” – In: Social Sciences Information, p. 01 a 14.
- BAUMAN, Zygmunt. *En busca de la politica*. Buenos Aires: Fundo de Cultura Económica de Argentina, 2001.
- BECK, Ulrich. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- CAMARANO, Ana Amélia; MELLO, Juliana Leitão; PASINATTO, Maria Teresa; KANSO, Solange. *Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.
- CEJUVENT Comissão Especial Destinada a Acompanhar e Estudar Propostas de Políticas Públicas para a Juventude - Relatório Final. Câmara dos Deputados, 2004.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- DAYRELL, Juarez Tarcísio. *O jovem como sujeito social*. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, nº. 24, 40-53, set./dez. 2003.
- _____. *A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- _____. *Escola e culturas juvenis*. In: FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda de Carvalho (Org). *Políticas públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.
- DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular. Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: ANPOCS/Relume Dumará, 1995.

- DOMINGUES, José Maurício. *Sociologia e modernidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- FREIRE-MEDEIROS, Bianca; CHINELLI, Filippina. *Três décadas de discussão sobre algumas formas de mobilização popular no Brasil*. Princeton: Center of Migration and Development [relatório preliminar], 2003.
- FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda de Carvalho (Org). *Políticas públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.
- FURTADO, Bernardo Alves. *Favelas inseridas no meio urbano em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura, UFMG, 1995.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7º ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- HOLLADA, Heloísa Buarque de. *Políticas da teoria in Pós-Modernismo e política*. RJ, Rocco, 1991.
- GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- LEFEBVRE, Henri. *Reflexões sobre a política do espaço*. Espaço e sociedade: Paris. (NT), 1970.
- MANNHEIM, Karl. *O problema da juventude na sociedade moderna*. In: BRITTO, Sulamita (org.). *Sociologia da juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- MELUCCI, Alberto. *Juventude, tempo e movimentos sociais*. Revista Young. Estocolmo: v.4, nº 2, 1996, p. 3-14.
- PAIS, José Machado. *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional da Moeda, 2003.
- PERALVA, Angelina. *O jovem como modelo cultural*. Revista Brasileira de Educação. São Paulo, ANPED, nº 5/6, 1997.
- PIZZORNO Alessandro; KAPLAN, Marcos; CASTELLS, Manuel. *Participación y cambio social en la problemática contemporánea*. Buenos Aires: Ediciones Siap Planteos, 1975.
- PRADO, Marco Aurélio M. *Psicologia Política e Ação Coletiva: notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do “nós”*. *Revista Psicologia Política*. jul. p.49-172, 2002.
- Pró-Jovem Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, qualificação e ação Comunitária. Presidência da República, Secretaria Geral da Presidência da República, Coordenação Geral do Pro-Jovem, 2005.
- RUA, Maria das Graças. *As políticas públicas e a juventude dos anos 90. Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, p. 731-749, 1998.
- SANTOS, Boaventura de Souza, org. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002)
- SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- SENNET, Richard. *O domínio público*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SILVA, Regina Helena Alves. *A favela como lugar da experiência urbana. Ética, planejamento e construção democrática do espaço*. Rio de Janeiro: IPPUR, AMPUR, 2001.
- SILVA, Tomaz Tadeu (org.) *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, Editora Vozes, 2000.

SILVEIRA, Maria Lúcia. *Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade*. In: GODINHO, Tatau (org). *Políticas públicas e igualdade de gênero*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

SOARES, Vera. *Políticas públicas para igualdade: papel do Estado e diretrizes*. In: GODINHO, Tatau (org). *Políticas públicas e igualdade de gênero*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

SOGAME, Mauricio. *Rudimentos para o exame da urbanização em sua fase crítica: uma aproximação ao conceito de segregação sócioespacial*. Vitória: Geografares. n° 2, 2001.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo. *Juventude e políticas públicas no Brasil*. In: Oscar Dávila Leon: *Políticas públicas de juventud en America Latina: políticas nacionales*. Viña del Mar: Ediciones CIDPA, 2003.

SPÓSITO, Marília P. *Estado do conhecimento: juventude*. Brasília: INEP, 2000.

XAVIER, Roseane. *Representação social e ideologia: conceitos intercambiáveis*. Revista Psicologia & Sociedade, 14(2): 18-47, jul/dez 2002.